



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13559 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

## ORALIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS, JOVENS ADULTAS E IDOSAS: UMA ANÁLISE SOB O OLHAR DOCENTE

Maria Lucia Ferreira de Figueiredo Barbosa - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Fabrini Katrine da Silva Bilro - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Debora Amorim Gomes da Costa-Maciel - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

## **ORALIDADE NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS, JOVENS ADULTAS E IDOSAS: UMA ANÁLISE SOB O OLHAR DOCENTE**

**Resumo:** As políticas públicas orientadoras da formação docente defendem que o oral deve ser objeto didático no currículo escolar brasileiro. Diante disso, erguemos o questionamento: o que pensam os/as docentes a respeito do ensino da oralidade? Nessa direção, buscamos compreender o olhar de professoras que atuam na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas sobre o ensino do objeto em questão. Para isso, realizamos uma entrevista semiestruturada, cujos dados foram analisados a partir da perspectiva e do olhar interpretativista. O aporte teórico fundamentou-se em Schneuwly e Dolz (2004), Bueno e Costa-Hubes (2015) e Magalhães e Cristovão (2018). Os resultados apontaram que as docentes concebem o ensino da oralidade como prática essencial, destacando a necessidade de ser tomada como objeto a didático.

**Palavras-chave:** Ensino da oralidade. Olhar docente. Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas.

## INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do trato com a oralidade em todos os níveis e modalidades de ensino é uma das orientações presentes nos documentos que norteiam a educação brasileira (BRASIL, 1998, 2017). Nessa direção, diversos estudos (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004; MARCUSCHI, 2010; MAGALHÃES; CRISTOVÃO, 2018) vêm consolidando e favorecendo o levantamento de questões a respeito do tratamento dado ao ensino dos gêneros textuais orais nas práticas docentes.

Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (doravante EJAI)<sup>1</sup>, modalidade de ensino constituída, basicamente, por sujeitos dotados de conhecimentos, geralmente, estruturados a partir da oralidade, que satisfazem suas necessidades nos variados ambientes de interação, o

trato do oral possibilita a ampliação e o desenvolvimento de capacidades discursivas, que permitem aos jovens, adultos e idosos reconhecerem e escolherem, de maneira consciente, os recursos comunicativos necessários a sua participação em situações mais formais de uso da linguagem oral.

Nesse contexto, destacamos a relevância desta pesquisa ao apresentarmos como objetivo compreender o olhar de duas professoras dos anos finais da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas sobre o ensino da oralidade. Com vistas a alcançar esse objetivo, realizamos uma entrevista semiestruturada com as duas docentes, chamadas de Ana e Lia<sup>2</sup>, por meio da qual lançamos questionamentos relacionados aos seus olhares acerca da importância do trato com a oralidade e da maneira como é trabalhada no contexto de ensino de Língua Portuguesa.

A partir das informações coletadas, realizamos uma análise estruturada em um olhar interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), servindo-nos da abordagem qualitativa (MINAYO, 2011).

## **CAMINHOS TEÓRICOS DE SUSTENTAÇÃO**

Schneuwly e Dolz (2004) afirmam que os gêneros orais se configuram como instrumentos que, ao mesmo tempo, representam a materialização da atividade discursiva e oferecem meios para a sua realização. Sendo considerados, simultaneamente, como ferramentas didáticas que medeiam as atividades humanas, permitindo a apropriação dos conhecimentos relativos ao contexto social no qual o sujeito encontra-se inserido; e como objetos de ensino, construídos e delimitados em função dos aspectos da língua que precisam ser ensinados e aprendidos.

Para esses autores, a dupla funcionalidade assumida pelos gêneros orais, coloca-nos diante de duas tendências de ensino do oral: 1) oral integrado – uso do oral enquanto ferramenta para aprender/desenvolver capacidades discursivas, como, dizer, explicar, argumentar, dentro dos diversos contextos escolares e das variadas disciplinas; 2) oral autônomo – abordagem dos gêneros orais enquanto objetos de ensino e de aprendizagem em si, que não se constituem como meios para a apreensão de comportamentos discursivos associados a outros saberes disciplinares.

Pesquisas realizadas por autores como Schneuwly e Dolz (2004) e Bueno e Costa-Hubes (2015) revelam que, no contexto escolar, mais especificamente nas aulas de Língua Portuguesa, o oral deve ser tomado a partir da perspectiva autônoma, tendo em vista que se apresenta como função dos profissionais dessa área do conhecimento favorecer a reflexão dos alunos acerca dos elementos essenciais à realização dos diversos gêneros orais, especialmente dos formais públicos, tais como, aspectos voltados ao conteúdo temático, ao contexto comunicativo, à estrutura comunicacional, às unidades linguísticas e textuais etc.

A necessidade de focar o ensino da oralidade no trato com os gêneros formais públicos, também é destacada por Magalhães e Cristovão (2018). Para esses autores, tanto os gêneros orais públicos que servem à aprendizagem escolar, quanto os gêneros orais tradicionais da vida pública devem ser priorizados no ambiente da sala de aula, pois, em algum momento, na

escola ou fora dela, os alunos poderão sentir necessidade de utilizá-los.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

O trato com a oralidade constitui-se como um dos eixos essenciais e obrigatórios a ser vivenciado nas práticas de ensino de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998; 2017). A partir dessa compreensão, perguntamos às professoras Ana e Lia sobre a importância do trato com a oralidade no contexto de ensino de Língua Portuguesa e como esse trabalho é desenvolvido.

Em sua resposta, a professora Ana ressalta que, apesar do pouco espaço ofertado pela escola para o ensino da oralidade, esta é uma atividade que precisa estar presente na prática do professor. Sobre isso, ela diz:

Exemplo 1:

[...] o trabalho com a oralidade, apesar de ser muito escasso nas escolas, muito, muito timidamente ele é oferecido, mas ele precisa estar presente, porque é a partir daí que o aluno vai ver que a língua dele é aquela que a gente vai tá trabalhando ali. Que a gente tá falando língua portuguesa, que todo mundo fala língua portuguesa. E por não haver esse trabalho, eu acho que, muitas vezes, o aluno pensa que ele não sabe falar língua portuguesa. Então, o trabalho com a oralidade, eu acho que ele é muito importante pra formar. Para aquela formação do cidadão como um todo. (Professora Ana, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental da EJAI)

Percebemos que esta docente destaca o trabalho com a oralidade como uma prática essencial para a desconstrução de uma visão dicotômica e preconceituosa sobre as variedades linguísticas utilizadas dentro e fora do espaço escolar. Para ela, a incipiência do trabalho com a oralidade na escola gera consequências na formação do olhar dos estudantes sobre as variedades linguísticas utilizadas por eles e a variedade ensinada pela escola. Esse distanciamento faz com que esses sujeitos não se reconheçam na língua tida como padrão e, por conseguinte, acreditem que não saibam falar a língua portuguesa. Por fim, Ana também ressalta a formação para a cidadania como um dos aspectos que validam a importância e a necessidade do ensino da oralidade (FREIRE, 2014).

Ao responder sobre a importância do trabalho com a oralidade e sobre como esse trabalho é desenvolvido no contexto escolar, a professora Lia diz que o ensino dos gêneros orais deve possibilitar que os estudantes ganhem vez e voz. Ela ressalta que cada sujeito tem seu papel, tem um lugar no mundo que precisa ser ocupado e uma voz que precisa ser ouvida. E que, para isso, o ensino da oralidade deveria se dá de diferentes maneiras no contexto escolar:

Exemplo 2:

Uma das coisas que deveria ser trabalhado de maneiras diferentes, no livro didático e no dia a dia da escola é justamente a oralidade. A gente exclui, às vezes, porque os gêneros orais que vêm dentro do livro são os gêneros mais jornalísticos, os gêneros mais no sentido de

poema, como se fosse algo assim que a gente só precisasse saber que eles existem. Aquela coisa, tipo, tá ali só pra o menino saber que existe, mas, assim, não parte do princípio da realidade do aluno, parte do princípio da realidade de outros para o aluno. Vem de fora pra dentro da escola, a questão da oralidade. (Professora Lia, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental da EJAI)

De acordo com o olhar de Lia, a prática com os gêneros orais muitas vezes é deixada de lado porque os gêneros propostos, por exemplo, pelo livro didático, não são familiares aos estudantes e não partem de suas realidades. Tratam-se de conhecimentos impostos de fora para dentro da escola, como se esses alunos fossem apenas receptores e não pudessem participar ativamente dessas práticas comunicativas.

Segundo esta professora, todos esses desafios, relacionados ao ensino da oralidade, são ainda mais reforçados pela complexidade que envolve os alunos da EJAI:

Exemplo 3:

Um aluno da EJA é um aluno diferente, é um aluno que tem as suas dificuldades de escrita, suas dificuldades de posicionamento no mundo e, às vezes, a única ferramenta que ele tem é justamente a oralidade. [...] Mas, isso nem sempre incitado, valorizado, no sentido de dizer: “Essa é uma ferramenta que você tem pra você se posicionar diante do que você quer, de onde você estar”. Não, é algo que se coloca a parte: “Você fica calado e você tem que aprender apenas os gêneros textuais X, que esse são os importantes, os outros não”. (Professora Lia, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental da EJAI)

Ela revela a falta de motivação e de ampliação da compreensão do uso da oralidade como instrumento de participação e de posicionamento no mundo, junto aos estudantes da EJAI. A desvalorização da fala desses sujeitos, de seus saberes e dos conhecimentos que trazem consigo ao retornarem a escola faz com que seja negado um direito que lhes é garantido por diversos documentos que norteiam a educação no Brasil.

Seguimos com esta investigação, direcionando nosso olhar para a fala da professora Ana sobre o trabalho com a oralidade na escola:

Exemplo 4:

o trabalho com a oralidade na escola é muito deixado pra trás, pra o segundo plano. Porque acha-se que a oralidade é mais o jeito de falar que o menino tem que esquecer. Se ele tá na escola ele tem que esquecer aquele jeito de falar, a oralidade dele, ele tem que seguir as normas da gramática e da escrita principalmente. [...] Então a oralidade é desprezada pela escola e, por isso, faz o aluno, às vezes, não gostar da língua portuguesa, não gostar da língua dele. E dizer que ele não sabe falar a língua dele. (Professora Ana, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental da EJAI)

De acordo com o olhar de Ana, a oralidade ocupa um lugar secundário na escola, já que

neste espaço é concebida apenas como a fala, o jeito de falar que precisa ser corrigido de acordo com as normas gramaticais. Sua fala nos remete mais uma vez a visão dicotômica sobre a oralidade, vista como o lugar do erro, que precisa ser corrigido a partir das normas gramaticais e que desconsidera os variados usos sociais da linguagem oral (MARCUSCHI, 2010).

Assim como revelado na fala do exemplo 3, também observamos no exemplo 4 a postura do sistema escolar em desvalorizar e até mesmo querer apagar os conhecimentos já carregados pelos estudantes da EJAI ao adentrarem a escola. Postura que reforça o comportamento de silenciamento e de desvalorização das falas dos estudantes, não apenas pela escola, mas por eles mesmos.

Ana continua sua fala, discutindo um pouco mais sobre esses aspectos. Para ela, na escola, prevalece o que chama de cultura do silêncio:

Exemplo 5:

Eu já fui até pra uma formação que eu escutei o palestrante dizer que[...] na escola prevalece a cultura do silêncio. Então, quando o aluno tá falando muito, o professor quer que ele faça silêncio: “Pare de falar! Cale a boca!”. O menino vem fazer alguma pergunta, a gente diz: “Ah, mas isso não tem a ver com o assunto não. Vamos fazer silêncio. Fale sobre o assunto”. [...] na maioria das vezes, a gente corta. A gente corta essa oralidade do menino. (Professora Ana, 3ª e 4ª fase do Ensino Fundamental da EJAI)

A professora em tela revela o paradoxo que muitas vezes se coloca diante do ensino da oralidade nas práticas docentes: ao mesmo tempo que o docente busca desenvolver, junto aos estudantes, as capacidades de linguagem necessárias ao uso direcionado e consciente do oral nas diversas práticas comunicativas; ele também tolhe o espaço de fala desses sujeitos, ao julgar desnecessário suas partilhas e posicionamentos nas variadas atividades que se desenvolvem na sala de aula, que vão para além do trabalho específico com algum gênero oral ou situação em que a oralidade esteja sendo trabalhada consciente e explicitamente.

## **CONSIDERAÇÕES**

Com base na análise dos resultados, observamos que as duas docentes destacam a relevância e a necessidade do oral ser tomado como objeto de ensino e de aprendizagem no contexto escolar. Para a professora Ana o trato com a oralidade se constitui como uma prática essencial à valorização da fala dos alunos, à desconstrução da visão dicotômica e preconceituosa, que se estabelece dentro do ambiente escolar, e à formação desses sujeitos para a cidadania. Nesse caminho, vemos que a professora Lia apresenta o ensino da oralidade como meio de possibilitar que os/as estudantes ganhem vez e voz, desempenhando seus papéis sociais, ocupando seus lugares no mundo e fazendo com que suas vozes sejam ouvidas.

Em síntese, acreditamos, assim como Ana e Lia, que o caráter impositivo de propostas que desconsideram a fala dos/as docentes da EJAI e seus conhecimentos, contribuem para o

silenciamento desses alunos e alunas e para a não compreensão do uso da oralidade como instrumento de participação e de posicionamento no mundo. Portanto, é imperativo de uma prática libertadora a garantia do ensino, inclusive, da oralidade.

## REFERÊNCIAS

- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília: MEC, 2017.
- BUENO, L.; COSTA-HÜBES, T. da C. (Orgs.) **Gêneros orais no ensino**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- MAGALHÃES, T. G.; CRISTOVÃO, V. L. **Oralidade e ensino de língua portuguesa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

1 Usamos a definição Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), acrescentando o termo “idosos”, como forma de dar ênfase e incluir nesse contexto o público idoso, devido a sua presença e representatividade nessa modalidade de ensino.

2 Codinomes atribuídos aleatoriamente como forma de preservar a imagem das professoras participantes da pesquisa.